
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL
NO CDN/90

Fernando Nogueira

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NO CDN/90

Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

É com gratificante satisfação que me encontro aqui, hoje, nesta cidade do Porto, perante o Curso de Defesa Nacional de 1990, para convosco reflectir um pouco sobre Defesa Nacional e para mais tarde presidir à sessão de encerramento do vosso curso.

Tive o cuidado de referir que vinha reflectir, aqui, convosco, sobre Defesa; e duma reflexão se trata realmente porquanto os tempos que correm trazem mais dúvidas que certezas e só um esforço nacional de inteligente e avisada convergência pode proporcionar as respostas adequadas para a satisfação dos mais profundos e legítimos interesses nacionais.

Estou certo que disso mesmo os auditores se deram conta, através das diversificadas experiências e leituras de que cada conferencista foi portador, e através do contributo pessoal que cada um de vós trouxe para um trabalho colectivo.

E este foi concerteza um dos vectores mais enriquecedores deste curso: a variedade dos pontos de vista, a sua discussão aberta e a busca permanente da aglutinação, num todo coerente, da riqueza individual de cada um.

O tema que hoje vos propomos para reflexão e discussão, «A evolução da política de Defesa Nacional e a importância dos Cursos de Defesa», pode, quanto a nós, ser mesmo considerado como o corolário final deste curso, mas nunca a porta que se fecha, pois todos esperamos que as sementes aqui lançadas continuem o seu processo de germinação e na vossa vida futura, nas diversas áreas de actividade, dêem os frutos plenos em proveito da Nação que nos orgulhamos de ser.

Julgo que nos tempos conturbados que o mundo vive e perante o autêntico movimento telúrico que está a desenrolar-se perante os nossos

olhos, só uma atitude de fria e racional análise pode servir os nossos interesses. Na verdade, por muito profundas que sejam, como são, as alterações a que assistimos hoje, por muito que estejam em mutação as coordenadas enquadradoras dos equilíbrios estratégicos mundiais, nós, portugueses, temos o privilégio de ter uma inabalável certeza, a de que somos realmente uma Nação.

Personificamos um território, um povo, uma língua e uma memória colectiva preenchida de razões, vivências e sentimentos que nos dão a segurança, para muitos inatingível, de sabermos quem somos.

Por isso se exige à geração presente que seja capaz, não apenas de preservar o que herdou, mas ainda que saiba valorizar o legado que nos está confiado. Se não houver precipitações, se se souber utilizar com flexibilidade os activos de que desfrutamos, se se fizer uso com parcimónia do proverbial engenho e criatividade portugueses, então atrever-me-ia a afirmar que os ventos da história correm a nosso favor.

Senhores Auditores.

Vivemos hoje, realmente, um momento único da história da Humanidade.

Quem poderia supor, há bem pouco tempo, há cerca de um ano, as profundas e pacíficas transformações políticas e sociais que iriam ter lugar a um ritmo tão vertiginoso quanto surpreendente?

Em 1989 a história parece ter explodido. Os países do Pacto de Varsóvia ensaiaram formas de governo com contornos democráticos de cariz ocidental. A União Soviética não interferiu no processo de libertação dos seus aliados. As duas Alemanhas celebraram juntas o último Natal, e não se separaram mais. Numa palavra: o Ocidente ganhou a «guerra fria».

A OTAN, de que somos membros fundadores, é uma Aliança com sucesso.

Algumas destas importantíssimas transformações são ainda projecto e esperança, mas muitas delas são já uma realidade efectiva e outras encontram-se em vias de concretização, seguindo um processo evolutivo que pode ser, já sem optimismo desmedido, considerado irreversível tal como a democratização já iniciada da maioria destes países vai ser con-

certeza uma realidade, pesem embora os possíveis e prováveis saltos e sobressaltos de percurso.

O estágio primário de desenvolvimento económico e tecnológico a que estes países foram sujeitos durante longo período pelos regimes ditatoriais marxistas-leninistas impõe agora um longo esforço de recuperação, uma reforçada caminhada ao encontro da Liberdade, do respeito pelos direitos humanos, da democracia plena e das regras duma economia de mercado.

É justo enaltecer, entretanto, o papel que a OTAN desenvolveu durante os longos e árduos anos da «guerra fria».

Com efeito, esta organização cumpriu o objectivo que presidiu à sua constituição, salvaguardando a paz por um período que, na história da Europa, é exemplo ímpar.

Desaparecido o «inimigo», não desapareceram, porém, as ameaças. É verdade que as profundas mudanças políticas operadas a Leste parecem irreversíveis e favorecem não só o desanuviamento mas até um horizonte pacífico e próspero de grande complementaridade política, social, económica e cultural dos sistemas até agora rivais.

No entanto, os acontecimentos têm sido tão imprevisíveis e em ritmo tão acelerado que não merece contestação a ideia da continuidade da Aliança como garante de hoje, e no futuro, da indispensável estabilidade político-social de toda a Europa, do Atlântico aos Urais.

Ressalta desta conjuntura que, para já e no futuro, a Aliança tenderá a assumir uma nova postura, valorizando o seu papel político para além da sua componente militar.

De facto, a distensão na Europa não deve fazer esquecer, nomeadamente, que o comprometimento ideológico ainda rivaliza, e de um modo sangrento, em alguns conflitos de baixa intensidade, na África, Ásia, e América Latina.

A par disso subsistem ainda alguns outros riscos, nalguns casos bem sérios, de degradação de tensões históricas ainda latentes, e de outras resultantes do próprio processo de abertura pela eclosão de alguns conflitos regionais ou pelo recrudescimento de intolerâncias políticas ou religiosas capazes de degenerar em situações de instabilidade, de carácter regional, mais ou menos ampliadas.

Como quer que seja, e apesar disso, também na África Austral e Central, com particular relevo para os países de expressão oficial portuguesa, tal como em alguns países da América Central e do Sul e do Pacífico, se projectam já transformações políticas e sociais muito importantes, numa via mais ou menos pacífica para a Democracia, o Desenvolvimento e a Justiça Social.

Portugal, país multi-secular, profundamente humanista e de feição ecuménica, tem por certo um papel importante a desempenhar na consolidação desta via para a paz e progresso mundiais.

Portugal, como sabem, tem vindo ultimamente, e sob os auspícios do actual Governo, a desempenhar um papel decisivo no entendimento e negociações de paz entre o Governo de Angola e a Unita, por ter sido escolhido como interlocutor privilegiado pelos intervenientes nesse processo de paz. Não porque se pretendam retirar daí dividendos políticos ou benefícios materiais ilegítimos, mas apenas porque numa base de respeito pela soberania e independência desses países, a quem nos ligam indissolúveis laços de amizade e raízes profundas, e porque, contribuindo de forma sincera para que a paz seja uma realidade no mais curto prazo, estamos também a colaborar na criação das condições para o Desenvolvimento daqueles Estados.

As populações desses países, a quem nos prendem laços culturais, históricos e até de consanguinidade, flageladas por um tão longo período de guerra, merecem todo o nosso empenho e esforço.

Este particular modo de ser que é o nosso; esta capacidade de entender os outros e com eles conviver; esta natural aptidão para a comunhão com outros povos, são inegavelmente um património que sai valorizado num contexto mundial em que a liberdade e os direitos do homem se assumem como valores prevalectentes da humanidade.

É por isso que atrás afirmamos que o momento histórico nos é favorável. É que, dadas as nossas particulares especificidades e a nossa presença peregrina no mundo, a evolução que se desenha de uma sociedade bipolar para uma sociedade multipolar potencia a nossa capacidade de intervenção e influência em múltiplas partes do Globo.

Pese, embora, a pequena extensão geográfica e o reduzido potencial demográfico, Portugal, para além de ser hoje Estado membro da Comunidade Económica Europeia, com a qual é inteiramente solidário, dispõe

de valores culturais que, pelo seu passado rico e pela sua experiência de diálogo e de contacto com outras civilizações e culturas, ampliam, de forma indesmentível, a sua projecção e poder externos.

Com alcance evidente no espaço africano, subsariano e negro, para além da sua riqueza e tradição de diálogo com a América Latina e em particular o Brasil, o património mundial português, se maneado adequadamente na ordem externa, acrescentará valores evidentes à nossa capacidade.

Em particular o espaço da língua e cultura portuguesas constitui um outro instrumento poderoso da nossa afirmação externa.

De igual relevância é a existência das comunidades portuguesas que, extravasando largamente a área geográfica dos países de língua portuguesa, se implantam nos espaços anglo-saxónico, francófono, hispânico e oriental, onde hoje assumem um papel crescente na vida interna dos países de acolhimento.

Finalmente, Portugal detém um vasto espaço marítimo e aéreo que, embora se situe numa posição geográfica de quase nula conflitualidade, determina que os seus interesses como Nação sejam, de facto, solidários com os da grande comunidade ocidental.

Não merecendo já especial interesse caracterizar este «espaço geográfico», por demais feito, importa, sim, valorizar a função de «ligação» portuguesa, situada no ponto de confluência das componentes europeia e americana da própria Aliança Atlântica.

Todo este potencial, porém, não dispensa uma permanente atenção sobre a problemática da política de defesa nacional, cuja existência, ao longo dos tempos, foi não apenas garante da identidade e afirmação de Portugal como Nação soberana e livre, mas ainda factor determinante no granjear de tais elementos constitutivos da posição sólida no contexto entre as nações de que hoje desfrutamos.

Daf que a evolução da situação internacional nos deva fazer repensar, e se necessário reformular os nossos conceitos estratégicos de defesa e militar.

E com esta reformulação estratégica surge naturalmente também uma necessidade de reestruturação, redimensionamento e reequipamento das nossas Forças Armadas face às suas novas missões.

Obviamente que estas reformas exigem estudos muito cuidados e amplos debates, ambos já iniciados, quer a nível de um amplo debate público, quer a nível dos Ramos das Forças Armadas, quer pela criação do Grupo de Reflexão Estratégica, já constituído e em funcionamento, que inclui prestigiadas individualidades e peritos qualificados dos mais variados quadrantes e correntes de pensamento.

Mas essas reformas exigem também uma capacidade particular a políticos, militares e cidadãos em geral para entender que tão contrário aos interesses do País seria cair, tanto na tentação de resistir estultamente às mudanças indispensáveis à reconfiguração das Forças Armadas portuguesas, como na de subalternizar irresponsavelmente o seu papel ou nada fazer para reforçar o seu prestígio.

Nas sociedades modernas a qualidade vale mais do que a quantidade, a capacidade de adaptação é essencial ao acompanhamento do progresso e dos novos ritmos.

Ninguém pode suster por muito tempo o fluir normal da história e as reformas que se impõem; o exemplo do Leste é bem expressão disso mesmo.

Impõe-se, como um dado do destino, a reorganização estrutural e funcional das Forças Armadas e a alternativa a um processo co-participado por todos, feito sem traumas nem custos excessivos; será o seu desencadear tardio, imposto mais do que auto-assumido, que acabará por penalizar tanto os que se lhe opõem de forma obstinada como aqueles que lucidamente a desejam.

Há, porém, indícios positivos e animadores. Sinto que os principais responsáveis estão a desenvolver um esforço sério de mudança e que estão criadas as condições para o desenvolvimento de um processo coerente e sistemático, do qual resultará a melhoria da eficácia e o encontro de soluções prestigiantes para as Forças Armadas e, sobretudo, que é o que mais importa, consentâneas com os verdadeiros interesses do País.

Claro que a modernização de um sistema de forças implica dispêndios cuja realização todos entendem se afigura como problemática face a prioridades sociais e económicas que não podem ser ignoradas; mas há por onde fazer poupanças e todos estarão conscientes disso, assim como pensamos que poderá ser disponibilizada uma significativa parcela do impor-

tante património militar que deverá reverter para a aquisição de novos e sofisticados meios de equipamento.

Que não restem dúvidas: o Governo está empenhado e deseja umas Forças Armadas modernas, eficientes, bem equipadas, prestigiadas e com a dimensão adequada, de acordo com os recursos do País.

Por outro lado, e muito embora as Forças Armadas constituam o instrumento privilegiado e insubstituível da componente militar da Defesa Nacional, hoje é um dado assente que a defesa de qualquer povo não se esgota aí, antes passa por uma apurada consciência nacional e por vectores de natureza diversificada e interdisciplinar.

Passa, desde logo, pela existência de uma larga e consistente percepção dos objectivos nacionais permanentes que enunciariámos do seguinte modo e de forma naturalmente não exaustiva:

- Assegurar a integridade do Território Nacional e garantir a independência nacional;
- Reforçar a identidade cultural do povo português;
- Assegurar o desenvolvimento económico, a justiça social e a elevação dos níveis de bem-estar das populações;
- Estreitar e desenvolver relações entre as comunidades portuguesas e de cultura portuguesa espalhadas pelo mundo;
- Contribuir e participar activamente no estabelecimento do sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional mais pacífica;
- Empenhar-se no reforço da identidade europeia sem comprometer a identidade nacional;
- Garantir e desenvolver laços especiais de solidariedade e cooperação com os povos de língua portuguesa.

Destes objectivos nacionais permanentes fácil é deduzir os objectivos de Defesa Nacional, que cito:

- Preservar a identidade e a coesão do povo português, fomentando o conhecimento e o respeito pelo património histórico-cultural («só se defende aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece»);
- Desenvolver o nível cultural do povo português e assegurar o respeito pelos valores permanentes da sua cultura;

- Reforçar a coesão cultural, económica e social entre as populações das diferentes regiões do território;
- Definir um quadro de relações de defesa que assegure, no nosso espaço regional e no novo contexto internacional, a salvaguarda dos nossos interesses permanentes;
- Potenciar as condições de efectivo desenvolvimento científico e tecnológico;
- Garantir uma capacidade própria de defesa militar, adequando o sistema de forças às potencialidades e vulnerabilidades do Território Nacional, à natureza das ameaças mais prováveis e aos recursos disponíveis;
- Dignificar, motivar e tornar eficazes as forças militares e de segurança;
- Participar activamente no desenvolvimento do novo quadro em que se situará a **Aliança Atlântica**.

Em síntese, ponderados os elementos geográfico, económico e militar, e reflectindo sobre os elementos condicionantes do factor anímico, pode concluir-se que o reforço do nosso Potencial Estratégico passa necessariamente pelo desenvolvimento económico e sócio-cultural do País, mas também, e não menos importante:

- Pelo reforço substancial da cultura geral e cívica do povo português, forma de aumentar, em termos reais, a sua determinação e vontade de defesa, através de uma natural tomada de consciência dos valores nacionais, dos nossos interesses e dos riscos que corremos;
- Pelo reforço da componente atlântica, nomeadamente através de relações privilegiadas com os países de expressão portuguesa.

Crê-se que esta consciência e determinação levarão o povo português a exteriorizar uma vontade forte de defender a sua identidade nacional e a rever-se, com orgulho, nas suas Forças Armadas.

Em consciência sinto que posso afirmar que na situação que o País hoje vive os objectivos acabados de denunciar, ou estão já em plena realização, ou está perfeitamente ao nosso alcance realizá-los.

Importa, contudo, que jamais possamos incorrer no erro, que para alguns está espantosamente mais próximo do que se possa imaginar, de

alguma vez esquecermos que não devemos reagir ao primeiro estímulo, que os Estados devem ser cautelosos, que o destino dos povos não pode estar sujeito aos caprichos da volubilidade da moda ou ir a reboque da primeira ideia interessante que surja em qualquer esquina do percurso histórico.

Senhores Auditores.

No mundo contemporâneo a soberania dos povos defende-se, não apenas através das armas, mas antes, e sobretudo, através de uma luta quotidiana em que os instrumentos de defesa são a consciência nacional, a preservação dos valores culturais e ambientais, o desenvolvimento e o progresso, a criação de condições de bem-estar e qualidade de vida, os avanços tecnológicos e científicos e a capacidade de gerar riqueza.

O Instituto da Defesa Nacional, instituição altamente prestigiada, tem sabido fazer jus ao que acabo de afirmar e tem sabido igualmente protagonizar, com o sentido descrito, a importante missão do debate alargado das questões de defesa. Assim, vem desenvolvendo, há já alguns anos a esta parte, um assinalável esforço na formulação duma doutrina e de conceitos de defesa e segurança, bem como tem promovido a formação em assuntos de defesa de muitos e muitos qualificados cidadãos portugueses.

É sem dúvida notável a participação que todos, assessores e auditores, têm devotado ao tema da defesa nacional, como não menos importante é a diversidade de experiências que cada um traz da sua área profissional para este «forum» tão relevante que é o Instituto da Defesa Nacional.

Estamos certos que, após este curso, ao regressarem aos vossos ministérios, às vossas universidades, às vossas empresas, ireis enriquecidos pela vasta troca de experiências, de conhecimento, de estilos e de formas de pensamento que aqui, ao longo de todo este ano, teve lugar; e, mais ainda, que com o encerramento deste curso não se fecha a porta das vossas preocupações, justos anseios e desejo ávido dum melhor conhecimento dos problemas de defesa.

A Defesa e Segurança nacionais ficam assim, a partir de hoje, nitidamente beneficiadas pela vossa participação futura na vida pública, numa perspectiva sempre pluri e interdisciplinar da Defesa Nacional, bem como

pelos laços de relação e amizade aqui gerados e que irão certamente no futuro ser explorados e aproveitados em proveito próprio certamente, mas também, e sobretudo, em proveito nacional.

Estou certo que para vós o tempo despendido com a frequência do vosso curso foi tempo ganho. Saem, pois, daqui mais identificados com os grandes desígnios nacionais e mais conscientemente portugueses, se tal é possível.

Porto, 22 de Junho 1990

Fernando Nogueira
Ministro da Defesa Nacional